

8 Que é ideologia?

Até agora temos falado em ideologia, em fatores sociais que determinam a semântica discursiva. Mas que é realmente ideologia?

Numa formação social, temos dois níveis de realidade: um de essência e um de aparência, ou seja, um profundo e um superficial, um não-visível e um fenoménico. Para entender a existência desses dois níveis, vamos acompanhar a análise que Marx faz do salário. No nível da aparência, o salário apresenta-se como o pagamento de um trabalho realizado. Nesse nível, a relação de trabalho é uma troca entre indivíduos livres e iguais. Eles são livres, porque não estão sujeitos a outros homens por laços de dependência pessoal, como no modo de produção escravagista, mas podem vender seu trabalho a quem quiserem. São iguais, pois todos são donos de uma mercadoria e, portanto, podem estabelecer uma troca: uns vendem seu trabalho e outros o compram.

No entanto, se sairmos do nível da circulação de bens (aparência) e passarmos para o da produção (essência), veremos que não há uma troca igualitária e que o operário não vende seu trabalho, mas sua força de trabalho. Com efeito, o trabalho é o dispêndio da força de trabalho, o ato de produzir, enquanto a força de trabalho é a capacidade de trabalhar, de produzir. O

operário que trabalha oito horas por dia, não recebe, ao final, todo o valor que produziu, mas recebe apenas uma parte dele. Se ele produziu cem e recebe como pagamento apenas vinte, ele não vendeu o seu trabalho, mas sua força de trabalho. Há, dessa forma, um tempo de trabalho necessário, aquele tempo da jornada de trabalho em que o operário produz para pagar o seu salário, e um tempo de trabalho excedente não-pago, ou seja, aquele tempo em que o operário produz um sobrevalor de que o capitalista se apropria. Se o salário não é a retribuição do trabalho, mas da força de trabalho, então ele é, em geral, o mínimo historicamente indispensável para a reprodução da mão-de-obra, ou seja, o mínimo necessário para que o trabalhador sobreviva e continue a produzir.

O salário, ao aparecer como o pagamento do trabalho e não da força de trabalho, apaga a distinção entre tempo de trabalho necessário e tempo não-pago, fazendo das relações de trabalho, no nível aparente, uma troca igualitária. Isso mostra que o capitalismo engendra formas que mascaram sua essência, pois, se não houvesse apropriação do valor gerado pelo trabalho não-pago, não haveria capital.

Tudo isso denota que, no nível fenoménico, a realidade põe-se invertida. O que no nível profundo são relações de exploração (apropriação do valor gerado por um trabalho não-pago) aparece como troca; a opressão, como igualdade; a sujeição, como liberdade. As relações que, no nível de superfície, apresentam-se como relações entre indivíduos são, no nível de essência, uma relação entre classes sociais, uma que se apropria do valor produzido pelo trabalho não-pago e outra que vende sua força de trabalho e é espoliada. As relações igualitárias de troca existem apenas no nível fenoménico. Isso quer dizer que há uma troca de equivalentes, isto é, igualdade na troca. No entanto, ela ocorre apenas no nível da circulação. Isso significa que ela, ao mesmo tempo, é afirmada e negada. É afirmada no

nível fenoménico e negada no nível profundo, em que não há equivalência, nem troca, mas simples apropriação.

Somente o nível da aparência se dá a perceber imediatamente para nós. Ele apresenta-se como a totalidade da realidade, o que denota que, no modo de produção capitalista, a aparência é vista como a totalidade da realidade.

Outras categorias poderiam ser analisadas para mostrar que há dois níveis de realidade e que o nível da aparência é a inversão do nível da essência.

A partir do nível fenoménico da realidade, constroem-se as idéias dominantes numa dada formação social. Essas idéias são racionalizações que explicam e justificam a realidade. Na sociedade capitalista, a partir do nível aparente, constroem-se os conceitos de individualidade, de liberdade como algo individual etc. Aparecem as idéias da desigualdade natural dos homens, uma vez que uns são mais inteligentes ou mais espertos que os outros. Daí se deduz que as desigualdades sociais são naturais. Outras idéias pias, presas às formas fenoménicas da realidade, vão construindo-se: a riqueza é fruto do trabalho (só se omite que é fruto do trabalho dos outros); pobres e ricos vão sempre existir; a pobreza é uma bênção, pois a riqueza só traz preocupações.

Demos até agora exemplos de idéias muito amplas, que fazem parte das crenças da maioria da população. Há, porém, outras idéias que ganham estatuto de verdades científicas e, não obstante, estão vinculadas às formas aparentes da realidade. É o caso, por exemplo, das teorias antropológicas segundo as quais havia raças inferiores e superiores e que estas deveriam civilizar aquelas. Essas teorias serviram para justificar o colonialismo.

A esse conjunto de idéias, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens é o que comumente se chama ideologia. Como ela é elabo-

rada a partir das formas fenoménicas da realidade, que ocultam a essência da ordem social, a ideologia é "falsa consciência".

É preciso explicitar bem esse ponto. Se há inversão da realidade, a ideologia está contida no objeto, no social, não podendo, portanto, ser reduzida à consciência. Ela existe independentemente da consciência dos agentes sociais. E uma forma fenoménica da realidade, que oculta as relações mais profundas e expressa-as de um modo invertido. A inversão da realidade é ideologia. Por isso, é preciso muito cuidado ao usar a expressão "falsa consciência". Ela indica apenas que as idéias dominantes são elaboradas a partir de formas fenoménicas da realidade, não apreendendo, portanto, as relações sociais mais profundas. Essas idéias são, por conseguinte, ideologia sobre ideologia. A representação pode ser invertida, porque a realidade se põe invertida.

Mas é preciso avançar um pouco mais nessa reflexão. Por que determinadas ciências, como a Economia Política clássica, não chegam à essência da realidade e pairam apenas na aparência? Porque ela se identifica com os interesses da burguesia. Podemos então afirmar que não há um conhecimento neutro, pois ele sempre expressa o ponto de vista de uma classe a respeito da realidade. Todo conhecimento está comprometido com os interesses sociais. Esse fato dá uma dimensão mais ampla ao conceito de ideologia; ela é uma "visão de mundo", ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social. Daí podemos deduzir que há tantas visões de mundo numa dada formação social quantas forem as classes sociais. Há visões de mundo presas às formas fenoménicas da realidade e outras que a ultrapassam, indo até a essência. Nem toda ideologia é, portanto, "falsa consciência". Numa perspectiva histórica, há aquelas que são consciência invertida da realidade e aquelas que não o são. Dessa forma, verificamos que não há, como queriam muitos autores, uma separação entre ciência e ideologia, pois esta, mesmo toma-

da no sentido de "falsa consciência", constrói-se a partir da realidade, só que de suas formas fenomênicas. Cada uma das visões de mundo apresenta-se num discurso próprio.

A ideologia é constituída pela realidade e constituinte da realidade. Não é um conjunto de idéias que surge do nada ou da mente privilegiada de alguns pensadores. Por isso, diz-se que ela é determinada, em última instância, pelo nível econômico.

Dizer que as idéias de uma dada época são determinadas, em última instância, pelo nível econômico não significa que a ideologia seja mero reflexo do nível econômico. Os teóricos do materialismo histórico mostraram que ocorrem defasagens entre os diferentes níveis da estrutura social, o que não aconteceria se a determinação se exercesse por uma causalidade mecânica. Engels, em carta a Bloch, datada de 21/9/1890, diz que "o elemento determinante da história, em última instância, é a produção e a reprodução da vida real". Mostra, no entanto, que nem ele nem Marx disseram que o elemento econômico é o único determinante, pois as formas políticas da luta de classes e os seus resultados, as formas jurídicas, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas e as concepções religiosas exercem também influência nas lutas históricas e podem até determinar sua forma. Apesar de o elemento econômico não ser o determinante único das lutas históricas, é o determinante em última instância.

Que significa determinar em última instância? Engels dá a seguinte explicação no *Anti-Dühring*:

A concepção materialista da história parte do princípio de que a produção e com ela a troca de produtos constitui a base de toda a ordem social; de que, em cada sociedade que a história apresenta, a repartição dos produtos, e com ela a hierarquia social de classes e ordens, rege-se segundo a natureza e a forma da produção e segundo a forma de troca das coisas produzidas. Por conseqüência, é necessário procurar as causas últimas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas, não na cabeça dos homens, isto é, na idéia

cada vez mais clara que adquirem da verdade e da justiça eternas, mas nas variações da forma de produção e de troca; é mister procurar tais causas, não na filosofia, mas na economia de cada época.

Determinação em última instância significa que o modo de produção determina as idéias e os comportamentos dos homens e não o contrário. É preciso, no entanto, cabe repetir, não ver o nível ideológico como simples reflexo do econômico, pois ele tem seu conteúdo próprio e suas próprias leis de funcionamento e de desenvolvimento. Isso significa que não existe determinação direta e mecânica da economia, mas uma determinação complexa.

Há ainda uma coisa muito importante que não devemos esquecer. Embora haja, numa formação social, tantas visões de mundo quantas forem as classes sociais, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. No modo de produção capitalista, a ideologia dominante é a ideologia burguesa.

9 Formações ideológicas e formações discursivas

Uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo. Como não existem idéias fora dos quadros da linguagem, entendida no seu sentido amplo de instrumento de comunicação verbal ou não-verbal, essa visão de mundo não existe desvinculada da linguagem. Por isso, a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo. Essa formação discursiva é ensinada a cada um dos membros de uma sociedade ao longo do processo de aprendizagem lingüística. E com essa formação discursiva assimilada que o homem constrói seus discursos, que ele reage linguisticamente aos acontecimentos. Por isso, o discurso é mais o lugar da reprodução que o da criação. Assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer. Há, numa formação social, tantas formações discursivas quantas forem as formações ideológicas. Não devemos esquecer-nos de que assim como a ideologia dominante é a da classe dominante, o discurso dominante é o da classe dominante.

As visões de mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia vista como algo imanente à realidade é indissociável da linguagem. As idéias e, por conseguinte, os discursos são expressão da vida real. A realidade exprime-se pelos discursos.

Dizer que não há idéias fora dos quadros da linguagem implica afirmar que não há pensamento sem linguagem. Engels dizia que não há realmente um pensamento puro desvinculado da linguagem. Ao opor-se à idéia de Dühring de que quem não era capaz de pensar sem o auxílio da linguagem não tinha conhecido o verdadeiro pensamento, afirma, com ironia, que, se isso fosse verdade, os animais seriam os pensadores mais abstratos e autênticos, porque seu pensamento jamais é perturbado pela interferência da linguagem.

Alguns lingüistas e psicólogos julgam que existe um pensamento puro pré-lingüístico e, ao lado dele, a expressão lingüística que lhe serve de envólucro. Outros afirmam que é impossível pensar fora dos quadros da linguagem.

O problema começa com o próprio conceito de pensamento. Se imaginarmos que pensamento seja a "faculdade de se orientar no mundo", ou o "reflexo subjetivo da realidade objetiva", ou ainda "a faculdade de resolver problemas", então podemos concluir que há um pensamento verbal e um pré-verbal, pois todos os animais fundam seu comportamento numa certa orientação no mundo, num certo reflexo subjetivo da realidade objetiva ou numa certa capacidade de solucionar problemas. Mas, se dissermos que o que caracteriza o pensamento humano é seu caráter conceptual, o pensamento não existe fora da linguagem.

Há processos mentais que escapam ao nível puramente lingüístico, mas, a partir de uma certa idade, o pensamento torna-se predominantemente conceptual e este não existe sem uma linguagem. O cérebro funciona de maneira muito complexa,

mas os estudos de psicologia genética e das patologias lingüísticas demonstram que a ausência de uma linguagem, qualquer que ela seja, impossibilita o exercício do pensamento conceitual. Quando se diz que não há idéias independentemente da linguagem, está-se falando de pensamento conceitual.

Não há, porém, identidade entre linguagem e pensamento. O que há é uma indissociabilidade de ambos, que não se apresentam jamais de uma forma pura. Por isso, as funções da linguagem e do pensamento não podem ser dissociadas e, muito menos, opostas. O pensamento e a linguagem, diz Schaff, são dois aspectos de um único processo: o do conhecimento do mundo, da reflexão sobre esse conhecimento e da comunicação de seus resultados. Para Vygotsky, apesar de o pensamento e a linguagem serem diferentes em sua origem, ao longo do processo evolutivo, soldam-se num todo indissociável de forma que, no estágio do pensamento verbal, torna-se impossível dissociar as idéias da linguagem. Pensamento e linguagem são distintos, mas inseparáveis.

Por causa dessa indissociabilidade, pode-se afirmar que o discurso materializa as representações ideológicas. As idéias, as representações não existem fora dos quadros lingüísticos. Por conseguinte, as formações ideológicas só ganham existência nas formações discursivas.

Surge, porém, um problema: se o pensamento e a linguagem são indissociáveis, onde fica a consciência individual?

10 A consciência é um fato social

Marx e Engels afirmam, em *A ideologia alemã*, que a "linguagem é a consciência real". Bakhtin diz que a "consciência constitui um fato socioideológico", pois a realidade da consciência é a linguagem. Segundo esse último autor, sem linguagem não se pode falar em psiquismo humano, mas somente em processos fisiológicos ou processos do sistema nervoso, pois o que define o conteúdo da consciência são fatores sociais, que determinam a vida concreta dos indivíduos nas condições do meio social. O discurso não é, pois, a expressão da consciência, mas a consciência é formada pelo conjunto dos discursos interiorizados pelo indivíduo ao longo de sua vida. O homem aprende como ver o mundo pelos discursos que assimila e, na maior parte das vezes, reproduz esses discursos em sua fala.

O pensamento dominante em nossa sociedade reluta em aceitar a tese de que a consciência seja social, pois repousa sobre o conceito de individualidade e concebe, assim, a consciência como o lugar da liberdade do ser humano. No âmbito de seu ser, ele estaria livre das coerções sociais. Desses conceitos derivam as idéias de uma liberdade abstrata de pensamento e expressão e de uma criatividade, que seria preciso cultivar, pois ela seria a expressão da subjetividade individual.

A confusão dessas idéias radica-se no próprio conceito de indivíduo, porque o homem não é apenas uma individualidade que reside no espírito. E também é principalmente produto de relações sociais ativas e inteligentes, ou seja, que dependem, como mostrava Gramsci, do grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenha o homem individual. Como as relações de que o homem participa são, em geral, necessárias, não há a possibilidade de existir um homem livre de todas as coerções sociais. Isso não ocorre nem mesmo no interior do ser humano. Sabemos que as normas sociais impõem até que desejos são admissíveis e que desejos são inadmissíveis.

O discurso, por sua vez, também é determinado por coerções ideológicas. Ora, se a consciência é constituída a partir dos discursos assimilados individualmente por membros de um grupo social e se o homem é limitado por relações sociais, não há uma individualidade de espírito nem uma individualidade discursiva absoluta.

11 A individualidade na linguagem

Muitas pessoas dizem que o discurso não pode ser determinado socialmente, porque cada indivíduo expressa suas idéias de maneira diferente. A nossa sociedade cultua a originalidade de expressão e chega a sancionar negativamente a pura e simples cópia de algo que alguém já escreveu, pintou etc.

Impõe-se para responder a essa objeção uma última distinção. O signo lingüístico é formado por dois componentes: um conceito e um suporte do conceito, que serve para expressá-lo, manifestá-lo, veiculá-lo. Ao conceito chama-se significado ou conteúdo; ao suporte denomina-se significante ou expressão. O significado é a parte inteligível do signo, enquanto a expressão é a parte dizível ou sensível. O signo "árvore", por exemplo, tem o significado "vegetal que atinge grandes proporções e que tem o caule lenhoso". Seu significante é a imagem dos sons verbais que serve para dizer, para veicular o conceito. Os significantes podem ser de diferentes espécies, verbais, pictóricos, gestuais etc. O signo é a união de um significante a um significado.

O discurso pertence ao plano do conteúdo. Ele é manifestado por um plano de expressão. A manifestação é, portanto, o

Por outro lado, no soneto de Camões "Amor é fogo que arde", o poeta combina figuras, numa tentativa de definir o amor. Nos onze primeiros versos, busca essa definição, passando por várias categorias lingüísticas. Acaba, no entanto, por abandonar suas tentativas, porque cada uma das definições encerra uma contradição (exemplo: "Amor é fogo que arde sem se ver,/ É ferida que dói e não se sente"). No final, o poeta mostra sua perplexidade numa interrogação e contenta-se em qualificar o amor com uma simples atribuição ("Mas como causar pode seu favor/ Nos corações humanos amizade,/ Se tão contrário a si é o mesmo amor?"). Esses efeitos de sentido dificilmente poderiam ser manifestados por um plano de expressão não-verbal, pois aí tem importância capital a estrutura sintática da definição (sujeito que contém o termo a ser definido + verbo ser no presente do indicativo + predicativo que encerra a definição), que se repete ao longo dos onze primeiros versos do poema.

Essa coerção ocorre também quando usamos uma língua natural e não outra. Daí a dificuldade da tradução do texto poético, que faz largo uso dos efeitos estilísticos de expressão. A tradução do texto poético deve ser uma recriação, pois caso contrário os efeitos estilísticos se perdem. Se traduzirmos o verso virgiliano "Et stetit ília tremens" por "E ela (a espada) parou tremendo", perderemos o valor sonoro do tremor, dado pela alteração do *III*.

Em síntese, o mesmo discurso pode ser manifestado por diferentes meios de expressão. Nessa manifestação, atuarão as coerções do material e agregar-se-ão os conteúdos engendrados pelos efeitos estilísticos da expressão. O ruído do chiar das rodas de uma carroça, que acompanha monotonamente, no filme *Vidas secas*, a retirada da família de Fabiano, não aparece nem poderia aparecer no livro, cujo plano de manifestação é verbal.

12 A trapaça discursiva

Enquanto o discurso é a materialização das formações ideológicas, sendo, por isso, determinado por elas, o texto é unicamente um lugar de manipulação consciente, em que o homem organiza, da melhor maneira possível, os elementos de expressão que estão a sua disposição para veicular seu discurso. O texto é, pois, individual, enquanto o discurso é social. Há um nível grande de liberdade no âmbito da textualização, enquanto, no nível discursivo, o homem está preso aos temas e às figuras das formações discursivas existentes na formação social em que está inserido.

Todos os discursos têm, para usar uma expressão de Edward Lopes, uma "função citativa" em relação a outros discursos. Por isso, ele não é único e irrepetível. Na medida em que é determinado pelas formações ideológicas, o discurso cita outros discursos. Os mesmos percursos temáticos e figurativos se repetem. O percurso temático da "salvação da pátria" foi usado milhares de vezes pelos que falavam a palavra do poder depois de 1964. No imaginário da classe média, o tema do "luxo" e do "requinte" é figurativizado por "baixelas de prata, porcelanas, tapetes persas, poltronas de veludo, quadros etc". Porque o discurso tem essa função citativa, a liberdade discursiva é muito pequena, quando não é nula. O enunciador é o suporte da ideo-

logia, vale dizer, de discursos, que constituem a matéria-prima com que elabora seu discurso. Seu dizer é a reprodução inconsciente do dizer de seu grupo social. Não é livre para dizer, mas coagido a dizer o que seu grupo diz.

Já o texto é individual. O falante organiza sua maneira de veicular o discurso. A ilusão da liberdade discursiva tem sua origem nesse fato. O discurso simula ser individual, porque aquilo que, em si, não tem sentido, o plano da expressão, é o campo da organização individual, é o plano da manifestação pessoal. No entanto, deve-se ressaltar que essa individualidade é objetivada, uma vez que é formada por meio de operações modelizantes de aprendizagem, que incluem a formação lingüística, retórica e de procedimentos de formas de elocução. Formas de dizer o discurso são aprendidas e estão de acordo com as tradições culturais de uma sociedade. Muitas pessoas buscaram, numa certa época, textualizar como Rui e Coelho Neto ou versejar como Bilac.

Como o mesmo discurso pode manifestar-se em diferentes textos, a liberdade de textualizar é muito grande, estando condicionada apenas pelos processos modelizantes de aprendizagem, ou seja, pela tradição textual. O discurso é, pois, o lugar das coerções sociais, enquanto o texto é o espaço da "liberdade" individual. Como diz Edward Lopes,

combinando uma simulação com uma dissimulação, o discurso é uma trapaça: ele simula ser meu para dissimular que é do outro.

Essa dissimulação ocorre porque um plano de manifestação individual é que veicula um plano de conteúdo social. Assim, o discurso simula ser individual para ocultar que é social. Ao realizar essa simulação e essa dissimulação, a linguagem serve de apoio para as teses da individualidade de cada ser humano e da liberdade abstrata de pensamento e de expressão. O homem coagido, determinado, aparece como criatura absolutamente livre de todas as coerções sociais.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*.
São Paulo, Ática, 2004.